

AÇÃO CONJUNTA EMBARGA CONSTRUÇÕES EM ÁREA DE PROTEÇÃO EM SUZANO

Uma operação de fiscalização realizada pelo Grupo de Fiscalização Integrada (GFI-ATC) resultou no embargo de imóveis situados em dois loteamentos irregulares denominados “Carlos Alemão I e II”, localizados em Suzano. A ação envolveu a colaboração de diversos órgãos, incluindo o Setor de Fiscalização de Posturas, o Grupo de Proteção Ambiental (GPA) da Guarda Civil Municipal (GCM), a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), a Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade de São Paulo (CFB), o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (CRECISP), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP) e a Polícia Militar Ambiental.

O objetivo principal da fiscalização foi desfazer construções não habitadas, notificar proprietários de ocupações irregulares e investigar possíveis intermediadores imobiliários e envolvidos na construção das estruturas e infraestruturas locais. A ação identificou aproximadamente 25 lotes ocupados, alguns utilizados como primeira moradia, com edificações de alvenaria completas e incompletas. A área apresenta risco de expansão no longo prazo, apesar da falta de infraestrutura básica como abastecimento regular de água, esgoto e iluminação pública.

Os loteamentos estão localizados em Área de Proteção e Recuperação dos

Mananciais do Alto Tietê Cabeceiras (APRM e APP), em desacordo com a Lei Estadual 15.913/2015. Durante a fiscalização, foram encontrados moradores que afirmaram ter adquirido os lotes diretamente com o suposto proprietário loteador, sem intermediários corretos ou imobiliárias. A documentação das transações foi supostamente intermediada por uma mulher conhecida como “Andréia corretora”, mas sem provas materiais que confirmem essa informação.

A equipe do Creci-SP identificou dois anúncios imobiliários em placas de “vender-se” indicando negociação direta com o proprietário. Além disso, um cartão de visitas em nome de “Andréia Vaz - Consultoria fiscal, tributária e habitacional” foi encontrado e será submetido a análise para verificar sua veracidade.

Em acordo com a Prefeitura de Suzano, ficou estabelecido que quaisquer documentos apresentados pelos moradores embargados que indiquem negociações de compra e venda de imóveis serão encaminhados ao Creci-SP para averiguações adicionais, conforme prática estabelecida pelo GFI-ATC.

Esta ação reflete os esforços conjuntos das autoridades para combater a ocupação irregular e preservar áreas ambientais protegidas, garantindo a conformidade com as legislações vigentes e a proteção dos recursos naturais na região de Suzano.

